

FONTES PARA A HISTÓRIA DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS PRETOS EM PIRENÓPOLIS

Paulo Henrique Ferreira Ceripes

Brasília, DF Dezembro de 2014

Paulo Henrique Ferreira Ceripes

FONTES PARA A HISTÓRIA DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS PRETOS EM PIRENÓPOLIS

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura em História.

Professor Dr. Kelerson Semerene Costa (Orientador)

Professor Dr. Jaime de Almeida

Professor Dr. José Luiz de Andrade Franco

Brasília, DF Dezembro de 2014.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiro a Deus, pois nele deposito minha fé e encontro força para lutar pelas coisas em que acredito. Agradeço a toda minha família, pai, irmãos, avós, tios e primos, cada um a seu modo foi pilar para manter-me de pé e disposto a seguir em minha caminhada em busca dos meus objetivos, e de modo muito especial destaco minha mãe dentre eles, pois tudo o que faço é sempre buscando orgulhá-la e retribuí-la por todos esses anos de amor incondicional. Agradeço à minha namorada, Samara, que tem acompanhado de perto toda a minha caminhada acadêmica, me ajudando e participando de cada fase concluída. Agradeço também ao meu orientador, professor Kelerson, que desde a primeira conversa sobre o meu tema não tem medido esforços para contribuir com meu trabalho, orientando, ajudando, auxiliando com livros, e o que eu considero o mais importante nessa fase, estando sempre disponível para escutar e dar sempre ótimos conselhos. E agradeço, ainda, àqueles que participaram direta ou indiretamente da conclusão da minha pesquisa e graduação, professores, servidores, colegas de turma e todo o pessoal do IPEHBC e da Igreja Matriz de Pirenópolis.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo levantar e descrever fontes a fim de realizar um estudo sobre a história da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em Pirenópolis, Goiás. Trata-se da leitura e descrição do Termo de Compromisso assinado pelos membros da Irmandade no ano de 1758, bem como da análise do livro em que foi registrada a entrada dos membros da Irmandade no período compreendido entre 1812 e 1943. Tem como objetivo também extrair dessas fontes informações que futuramente poderão ser utilizadas em uma pesquisa maior, a fim de compreender a inserção do negro na sociedade de Pirenópolis.

PALAVRAS-CHAVE: Negros, Irmandade, escravidão, religiosidade, Pirenópolis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 A MINERAÇÃO E A ESCRAVIDÃO EM GOIÁS	8
2 NEGROS EM IRMANDADE	14
3 TERMO DE COMPROMISSO DOS IRMÃOS	22
4 LIVRO DE REGISTRO DOS MEMBROS	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	
FONTES	40
BIBLIOGRAFIA	40

INTRODUÇÃO

A cidade de Pirenópolis é hoje um dos principais polos de ecoturismo do Brasil central. Sua bela paisagem, rica em cachoeiras e vegetação nativa, se mistura com a riqueza histórica das igrejas e de elementos culturais herdados dos séculos XVIII e XIX.

A região de Goiás tornou-se uma importante fonte de mineração e consequentemente uma importante rota comercial no início do século XVIII, ligando os principais portos com o interior do Brasil, tendo Meiaponte, atual Pirenópolis, como um dos mais importantes centros urbanos regionais da época.

Meiaponte era uma região de grande fluxo comercial. O principal produto desse comércio era o ouro, porém, paralelamente, outros produtos foram comercializados, fazendo surgir na região pequenas produções agropecuárias, além de introduzir em Goiás o trabalho escravo. A diversidade econômica presente no Brasil no século XVIII é refletida no fluxo de escravos de cada região. Há um predomínio de escravos nas cidades de Salvador, Recife e Rio de Janeiro, devido principalmente aos engenhos de cana de açúcar. Em Minas Gerais, assim como em Goiás, a introdução de escravos de origem africana se deve basicamente à descoberta e exploração das minas nessas regiões.

No século XVIII, um grande contingente de paulistas, mineiros, baianos e portugueses migrou para a capitania de Goiás. A introdução de escravos também alcançou números elevados. Esse grande fluxo migratório, além dos povos indígenas locais, foi capaz de promover o povoamento colonial da capitania, originando uma sociedade com características próprias, seus traços culturais e sua identidade.

Neste trabalho, minha atenção recairá sobre um aspecto específico da cultura local: as manifestações religiosas de escravos e negros forros de Meiaponte. A vida religiosa nas regiões mineradoras foi organizada, principalmente, pelas irmandades leigas. Em Meiaponte, a principal irmandade era a do Santíssimo Sacramento, sediada na Igreja Matriz, dedicada a Nossa Senhora do Rosário. Mas é sabido que não houve espaço, em meio à população livre e branca, para o convívio religioso entre brancos e negros. Entretanto, os negros não foram impedidos de manifestar sua religiosidade em práticas cristãs. Assim, foi criada pelos negros, em Meiaponte, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e, posteriormente, uma capela, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

Meu objetivo inicial era estudar sobre como se deu a inserção do negro na sociedade durante o século XIX e quais barreiras foram encontradas pelos negros no período em que antecede a abolição e o momento logo após o 13 de maio. Ao escolher a província de

Goiás, encontrei na Irmandade de Pirenópolis um caminho possível para isso, já que as irmandades religiosas funcionavam como elementos de inserção dos indivíduos em um grupo social. Porém, neste trabalho inicial, tratei apenas de levantar e descrever fontes para o estudo da Irmandade.

Para tentar compreender a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, iniciei uma busca atrás de documentos que tratassem sobre a história da Irmandade e sobre as pessoas que faziam parte dela. Essa busca baseou-se em pesquisas realizadas em Goiânia e Pirenópolis. Na cidade de Goiânia, encontra-se o Termo de Compromisso dos irmãos da Irmandade, livro que homologa a fundação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, datado de 1758, arquivado no Instituto de Pesquisa Histórica do Brasil Central, da PUC-GO, o IPEHBC. Este Termo foi escrito pelos membros da Irmandade e autorizado pelo Visitador Geral Fellippe da Silveyra e Sousa, autoridade eclesiástica competente da época para tal fim. Na própria cidade de Pirenópolis, no acervo da Igreja Matriz, encontra-se o livro de registros dos irmãos que entraram para a Irmandade, iniciado em 1812 e finalizado em 1943, um ano antes da demolição da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Também em Pirenópolis, visitei a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, onde se encontram vários objetos e elementos artísticos da igreja demolida.

No primeiro capítulo, procurei contextualizar a mineração em Goiás, fazer uma breve apresentação do que levou os mineradores a ocuparem essa região. Busquei também nesse capítulo falar um pouco sobre como a vinda desses mineradores acarretou no comércio de escravos de outras regiões para Goiás. Procurei, ainda, discorrer sobre como foi rápido esse período de exploração mineradora, mas, mesmo assim, suficiente para o surgimento de arraiais como o de Meiaponte.

No segundo capítulo, busquei apresentar a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e dialogar sobre a relação que existia entre os negros que foram levados para Goiás e o culto a Nossa Senhora do Rosário. Faço uma comparação entre a Irmandade de Pirenópolis e as irmandades surgidas em Minas Gerais durante o século XVIII e XIX, a fim de encontrar similaridade entre as irmandades e reforçar alguns argumentos.

No terceiro capítulo, faço uma descrição do Termo de Compromisso da Irmandade. Procurei abordar cada capítulo, quando e por quem ele foi escrito e quais os pontos mais relevantes para fins de pesquisa.

O quarto capítulo trata do Livro de registro dos membros da Irmandade. Realizei a descrição de alguns desses registros e levantei várias informações que poderão ser utilizadas no futuro como fonte de pesquisa.

1 A MINERAÇÃO E A ESCRAVIDÃO EM GOIÁS

A população brasileira possui como traço marcante em sua identidade a sua heterogeneidade e a diversidade cultural. O estado de Goiás, em especial a cidade de Pirenópolis, objeto de estudo desta pesquisa, não se isenta dessa rica característica. A população de Pirenópolis, nos moldes que conhecemos hoje, foi formada a partir da mineração, que se iniciou com a busca de desbravadores que adentraram a região de Goiás durante o período da mineração de ouro no interior do Brasil, dentre esses, principalmente brancos europeus ou seus descendentes, negros escravos de origem africana e índios nativos que ali já eram encontrados.

A mineração em Goiás teve curta duração ao compararmos com sua vizinha Minas Gerais, teve o início, ápice e declínio, tudo dentro do século XVIII. Mas foi essa mesma atividade aurífera que estimulou a criação de centros urbanos, em Goiás, importantes para o interior do Brasil.

A cidade de Pirenópolis, inicialmente denominada Meiaponte, foi uma importante rota de comércio entre os portos litorâneos e o interior do Brasil. Não diferente de outras regiões, esse comércio baseado no ouro atraiu um considerável número de pessoas. Pode-se incluir nessa população que migrou para a capitania de Goiás uma enorme quantidade de escravos, oriundos principalmente de Salvador, Recife e Rio de Janeiro. É importante destacar o papel do negro escravo nesse período, ele atuou em praticamente todas as atividades da exploração do ouro, foi braço forte diretamente na mineração e nas principais atividades complementares como a agropecuária e o comércio¹.

A mineração consolidou a ocupação em Goiás, deixando de ser uma região de apenas bandeirantes para tornar-se uma importante rota comercial com arraiais e vilas. Como é abordado por Gilka Salles, a História Econômica de Goiás é dividida em três fases: a primeira é marcada por lutas, batalhas e grandes feitos, marcada também pela busca incansável de fontes de riqueza e de exploração do ouro; na segunda predomina a ocupação e a formação de povoamentos, muitos deles provisórios, pois grupos de trabalhadores migravam constantemente e nem sempre encontravam as fontes que esperavam; e a terceira pela fixação da propriedade rural e dos trabalhos artesanais, que se tornaram no futuro núcleos manufatureiros e industriais.²

8

¹ Gilka V. F. Salles, *Economia e Escravidão na Capitania de Goiás*, Goiânia, Cegraf/UFG, 1992, p. 11.

² Idem, p. 14.

A região que hoje corresponde à Goiás foi explorada ainda no final do século XVI, pelas bandeiras de Domingos Luís Grou e Antônio Macedo (1590 – 1593), Sebastião Marinho (1592) e Domingos Rodrigues (1596 – 1600). Essas e outras bandeiras do século XVI e XVII eram formadas na sua maioria por bandeirantes paulistas que buscavam principalmente a escravização de índios, além de grupos de religiosos, vindos principalmente do Pará, em busca de catequização dos mesmos índios.

No entanto, o povoamento só começa com a chegada de Bartolomeu Bueno da Silva e seus companheiros, fundando o arraial de Santana, posteriormente chamado de Vila Boa e Cidade de Goiás, no ano de 1726, e foi nos primeiros vinte e cinco anos de ocupação que foi formada a maioria dos centros de mineração:

Em torno do pioneiro arraial de Santana, surgiram, também em 1726, os arraias de Ferreiro, Barra, Anta Ouro Fino e Santa Rita. Meiaponte surgiu em 1731 e, em 1729, Santa Cruz. A esses povoados seguiram-se as minas do rio Maranhão, em 1730 e, em 1732, Água Quente, na mesma região. Natividade, no nordeste, e Crixás, na região do rio Araguaia, apareceram em 1734; Traíras e São José do Tocantins, em 1735; São Félix e Cachoeira, em 1736; Jaraguá, em 1737; Pontal e Porto Real, em 1738; Corumbá, na mesma década; Arraias e Cavalcante, em 1740; Pilar, em 1741; Carmo e Santa Luzia, em 1746. O último grande "achado" foi o de Cocal, próximo ao rio Maranhão, em 1749. A partir da década de 1750 foram encontradas várias ocorrências de ouro, porém de exploração efêmera⁴.

O período compreendido entre 1730 e 1760 foi o de maior produção nas minas de Goiás. Foram extraídas aproximadamente cento e trinta e uma toneladas de ouro, dos anos de 1726 a 1822, sendo que oitenta toneladas foram produzidas entre 1736 e 1765. A arrecadação do quinto - tributação imposta pela administração portuguesa, equivalendo à quinta parte da produção - atingiu, em 1753, quarenta arrobas, o que equivale a uma produção de três toneladas no referido ano. A extração de ouro era tão elevada que o ouro era a própria moeda em várias situações⁵. Os próprios membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário utilizavam o ouro como pagamento em diversas ocasiões, como na joia paga pela entrada de membros na Irmandade, nos diversos pagamentos realizados à Igreja, pelas missas rezadas, funerais e festas.

O declínio do ouro que atingiu Meiaponte ocorreu em toda a capitania de Goiás, assim como Mato Grosso e Minas Gerais. Em Goiás, a arrecadação, que manteve o número de trinta arrobas até 1760, começou a cair a cada ano. Para se ter uma ideia, no ano de 1773 foram cobradas somente quinze arrobas; em 1781, esse número caiu para dez. Ao entrar no século XIX, a mineração perdeu consideravelmente a sua expressão, nos primeiros anos fo-

_

³Gilka V. F. Salles, *Economia e Escravidão na Capitania de Goiás*, Goiânia, Cegraf/UFG, 1992, p. 53; Kelerson Semerene Costa, *Meiaponte, História e meio ambiente em Goiás*, Brasília, Paralelo 15, 2013, p. 41.

⁴ Kelerson Semerene Costa, op. cit., p. 4-42.

⁵ Idem, p. 43.

ram arrecadadas somente cinco arrobas e, em 1822, meia arroba, o que equivale a uma produção de trinta e sete quilos e meio.⁶

A quase extinção da produção de ouro foi devida ao esgotamento das minas. Uma escavação mais profunda, onde ainda existia ouro, requeria técnicas não disponíveis para os mineiros da região à época. A carência de outros produtos que mantivessem o fluxo comercial na região provocou um *déficit* financeiro crônico na província, cobranças judiciais, endividamentos em vários níveis da sociedade e a falência de muitos proprietários. A população necessitava de produtos que na sua maioria não eram produzidos por lá, mesmo os poucos que eram produzidos eram comprados a crédito com os comerciantes, contribuindo ainda mais para os endividamentos.

Houve ainda algumas tentativas de resgate da economia mineradora:

Após algumas tentativas de soerguimento, sobretudo no período de permanência da família real no Brasil, com estímulos à siderurgia, elaboração de nova legislação e a participação de técnicos estrangeiros, como o mineralogista alemão Wilhelm Ludwig von Eschwege, a mineração de ouro perdeu espaço entre as preocupações dos governantes brasileiros, a partir da década de 1830, e, com raras exceções, mesmo em Minas Gerais, foi atividade secundária durante todo o Império⁸.

Vale citar ainda que a produção mundial de ouro voltou-se para Califórnia, Austrália e Rússia, perdendo o foco nas produções da América do Sul e Central⁹.

Apesar do declínio, a mineração, dependente do trabalho escravo, deu origem ao povoamento colonial da região, com uma população marcada pela presença predominante de negros e mestiços.

Ao falar sobre a ligação entre a produção local e o número de cativos, vale destacar que no ano de 1818, em Meiaponte, foram registradas 272 propriedades, das quais, 134 usavam mão de obra escrava, menos da metade. Aproximadamente 90% das propriedades rurais escravistas empregavam dez escravos ou menos, enquanto que 50,7% do total de propriedades sequer possuíam escravos. O uso da mão de obra escrava pelos pequenos produtores tornou-se cada vez menor ao longo do século XIX, pois, a sua produção não era suficiente para a manutenção de um plantel de cativos¹⁰.

Diante desses fatos, o trabalho livre foi assumindo grande importância em Goiás na medida em que a população escrava declinava na província, diferentemente da população escrava total do Brasil, que cresceu durante a primeira metade do século XIX, devido ao

_

⁶ Idem, p. 43.

⁷ Gilka V. F. Salles, op. cit., p. 118.

⁸ Kelerson Semerene Costa, op. cit., p. 44.

⁹ Idem, p. 44.

¹⁰ Idem, p. 114.

intenso tráfico entre Brasil e África. Em Goiás, o número de escravos em 1804 era de 19.834, em 1832 de 12.348 e, em 1872, de 10.652, o que correspondia a 6,64% dos 160.395 habitantes da província e 0,7% da população escrava do país. Goiás havia alcançado um equilíbrio entre o número de homens e mulheres cativos, características de uma população que há vários anos não recebia grandes fluxos migratórios¹¹.

Em Meiaponte, a situação era parecida com a da província:

No ano do "Censo Geral do Império", não havia ali qualquer africano – escravo ou liberto – e as escravas já eram maioria (50,47%) desde a metade do século. A população cativa passou de 2.281, em 1804, para 1800, em 1832, 749, em 1854, e 433, em 1872 – ou 5,81% da população de 7.456 habitantes. Diante do declínio da escravidão e da escassez de mão de obra, em 1884, exceto por uma criança entregue à mãe liberta, todos os demais 252 filhos livres de mãe escrava nascidos em Meiaponte e Corumbá eram mantidos sob a tutela dos proprietários para a preparação de serviços¹².

Num contexto geral sobre o tráfico de escravos no Brasil, um resultado significativo só pode ser visto a partir da Lei Eusébio de Queirós, em 4 de setembro de 1850. Entre a Lei Feijó de 1831 e a Lei de 1850, entraram no Brasil aproximadamente 750 mil escravos africanos. Porém, esse aumento do número de escravos no Brasil ocorreu em regiões onde crescia a demanda por escravos, principalmente São Paulo, Minas Gerais e o Rio de Janeiro. A lei de 1850 ganhou força devido às exigências da Coroa Britânica em acabar de vez com tráfico de escravos entre a África e a América. Ao contrário da Lei de 1831, a Lei Eusébio de Queirós foi respeitada, resultou em um aumento da migração de escravos dentro do próprio Império.

Ao tratar da abolição da escravatura no Brasil, Joaquim Nabuco é um dos nomes mais importantes. Com o livro "O Abolicionismo", Nabuco apresenta o debate ocorrido no âmbito do parlamento brasileiro, na segunda metade do século XIX sobre as questões abolicionistas¹³. Mesmo sendo um representante da elite pernambucana e estando voltado para os acontecimentos ocorridos no Rio de Janeiro, Nabuco explica que os problemas provocados pela escravidão não atingem somente as grandes cidades. Segundo ele, tudo o que se dá na capital, dá-se também em todas as províncias onde a escravidão se implantou, incluindo-se assim Goiás¹⁴. Entretanto, apesar de suas considerações e do movimento abolicionista, após a Lei Áurea, não foi promovida uma integração do negro em condições de igualdade na sociedade brasileira.

¹¹ Idem, pp. 132-133.

¹² Idem, p. 133.

¹³ Joaquim Nabuco. *O Abolicionismo*. Rio de Janeiro, BestBolso, 2010, pp. 72-75.

¹⁴ Joaquim Nabuco. *O Abolicionismo*. Rio de Janeiro, BestBolso, 2010, p. 131.

Segundo Viotti, "a escravidão marginalizava o negro", tal efeito refletia em toda a sociedade. A autora discute também sobre os diversos projetos de lei que buscavam a emancipação gradativa dos negros de forma que essa mudança não causasse um impacto social e econômico, de modo que não aumentasse ainda mais os problemas sociais já existentes. Apresenta duas visões acerca da abolição: um grupo de representantes políticos e pessoas da sociedade que almejavam acabar com o lado desumano da escravidão, a covardia vivida no Brasil há mais 300 anos, que contrariava os valores humanistas e religiosos da sociedade; bem como os representantes parlamentares que buscavam o fim da escravidão pensando mais no crescimento econômico, social e intelectual do país, pois o regime escravista representava uma barreira para esse amadurecimento¹⁵.

Abordando o período compreendido no pós-abolição, percebe-se que houve com o seu fim um efeito migratório dos negros, as comunidades e grupos de negros se recusavam a continuar trabalhando, mesmo recebendo salário, nas fazendas onde por vários anos foram escravizados. Era natural que essas comunidades se deslocassem para longe. A região de São Paulo, devido ao efeito migratório causado pelo crescimento das fazendas de café e da falência e declínio de outras formas de manufatura, é um exemplo de quem muito sofreu com esse impacto do rompimento com a mão de obra escrava. Eis o porquê também da grande concentração de imigrantes europeus nessa região, que buscava suprimir a escassez de mão de obra. Pode-se perceber que o movimento abolicionista acabou juntamente com a escravidão. Os negros ficaram à margem da sociedade.

Mesmo a autora não citando como exemplo a província de Goiás, situação parecida foi vivida por lá. Muitos negros passaram da situação de escravos para marginalizados, os que desenvolveram alguma profissão, na maioria das vezes, trabalhos de pouca expressão econômica, como sapateiros, lavadeiras, artesãos, etc. No livro de registro dos irmãos que entraram para a Irmandade, pode-se perceber que a maioria dos negros, escravos ou não, eram incapazes de assinar o próprio nome, pois não sabiam ler ou escrever, reflexo de uma carência de oportunidades, estudos e inserção na sociedade. Segundo o Censo de 1872, dos 200 escravos existentes em Meiaponte, somente 2 sabiam ler e escrever, e das 233 escravas nenhuma era alfabetizada.

Nenhuma providência foi tomada a fim de integrar os negros na sociedade, o negro passou da situação de escravo a marginalizado. Sem ofício, sem estudo, sem terra e sem cidadania, esse foi o destino da maioria dos negros. Vagando de cidade em cidade, eles per-

¹⁵

¹⁵ Emilia Viotti da Costa. *Da Senzala à Colônia*. 5ª Edição – São Paulo: UNESP, 2010.

maneceram sem um destino concreto. Os centros urbanos receberam vários desses grupos, situação que potencializou o processo de favelização nas grandes cidades. Lúcia Helena Silva faz um estudo utilizando-se principalmente das fichas criminais das delegacias do centro do Rio de Janeiro, no final do século XIX, acerca dos negros que viviam nos bairros do centro do Rio e que com frequência eram presos e soltos, quase sempre por vadiagem e embriaguez. Esse estudo demonstra como diferentes grupos de ex-escravos, de diferentes regiões do Brasil e da África, encontravam nesses bairros, principalmente em Santa Tereza e na Lapa, um porto seguro para suas peregrinações. Muitas pessoas se identificavam e criavam círculos de confiança, amizade, ajuda e crença religiosa¹⁶.

Em suma, após a abolição, muitos negros migraram pelo país, aglomeraram-se em centros urbanos, contribuindo para o surgimento e crescimento das favelas. Essa é uma dura realidade da maioria das famílias negras.

Vale citar que Jarbas Jayme em sua importante obra sobre a genealogia de Pirenópolis, faz referência a vinte e cinco famílias de origem africana, prova de sua importância na sociedade local¹⁷.

¹⁶ Lúcia Helena Oliveira Silva. Vivências Negras: Trabalhando com a ausência depois da abolição. UNESP,

¹⁷ Jarbas Jayme. Famílias Pirenopolinas – Ensaios Genealógicos. Vol. V, Goiânia, Rio Branco, 1973.

2 NEGROS EM IRMANDADE

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos foi fundada provavelmente nos anos que antecedem a 1758, ano de assinatura do Termo de Compromisso da Irmandade, por negros, na sua maioria escravos, que buscavam um local para professarem sua fé cristã.

É difícil crer que o negro africano ao ser retirado do seu local de origem, onde possuía seu convívio social, seus costumes e suas crenças, simplesmente, ao ser retirado da África, a força, deixaria todos os seus costumes para trás, por que com exceção daqueles que já haviam sido colonizados por europeus e catequizados pelos cristãos, os negros possuíam crenças religiosas distintas do catolicismo.

Os negros que vieram escravizados para o Brasil, para a região de Goiás, segundo estudos de Edmilson Siqueira de Sá, eram da etnia banto, onde se encontram angolanos, moçambicanos e congos. Encontram-se também registros de povos de origem sudanesa. Sudaneses e Bantos foram os principais formadores da população escrava de Goiás, houve uma fusão desses dois povos, não havia uma preocupação da origem dos negros pelos escravocratas, eles não faziam distinção de suas etnias, apenas os tratavam como negros, ou melhor, escravos¹⁸.

Ainda segundo Edmilson de Sá, elementos típicos da cultura dos povos bantos encontram-se presentes até hoje na cultura e na religião em Pirenópolis. Um traço determinante na cultura do povo banto é sua sacralidade.

Os negros africanos, em geral, não separavam sua vida cotidiana dos fenômenos e práticas religiosas. O choque cultural entre sua origem, costumes e religião africana com as práticas do cristianismo católico foram refletidos através do surgimento de um sincretismo religioso. Ora, como foi dito, os negros que vieram para a capitania possuíam uma rica cultura, onde estava inserida a sua religiosidade. Ao entrar em contato com a fé cristã, seja por livre vontade ou não, absorviam tais costumes, mas, também transmitiam um pouco do que carregavam consigo. Devido à própria exigência da Igreja Católica, os negros eram obrigados a se inserir na vida cristã, participar das missas, receber os sacramentos e frequentar as cele-

22.

¹⁸ Mary Karash. Minha Nação: identidades escravas no fim do Brasil colonial: In Brasil: Colonização e esccravidão. Org. SILVA, Maria Beatriz Nizza. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000 apud Edmilson Siqueira de Sá, O Mundo de Ponta Cabeça: Negros em Festa na Capitania de Goiás e em Cuba, Dissertação de Mestrado. UnB, p.

brações aos domingos e as festas de devoção¹⁹. Essa foi uma forma inicial de a população negra participar socialmente das atividades da capitania, principalmente com o surgimento das Irmandades.

Vale destacar a origem da devoção dos negros por Nossa Senhora do Rosário. Segundo Alisson Eugênio, o culto a Nossa Senhora do Rosário teve início ainda no século XIII, quando, em nome de Deus e da Santa mãe de Cristo, conseguiram derrotar os albigenses e libertaram os cativos de guerra. Durante o século XVI, na Batalha de Lepanto, os cristãos derrotaram os turcos no Golfo de Corinto, na Grécia. Com isso, o Papa dominicano Pio V instituiu a Festa do Rosário, dando início às homenagens à Santa. Diz ainda a tradição que a mesma apareceu durante a batalha exibindo um colar de contas que era utilizado para a contagem das orações. Nesse episódio, os cristãos acreditaram que foram ajudados pela Santa a vencer. Os negros escolheram Nossa Senhora do Rosário como santa protetora devido principalmente ao uso do cordão de contas, que se assemelhava ao que um orixá africano utilizava²⁰.



Figura 1 – Imagem do século XVIII de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, pertencente à antiga Capela da Irmandade, encontra-se hoje na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, também em Pirenópolis.

¹⁹ Arquivo Frei Simão Dorvi. Termo das visitas pastorais, cartas pastorais, provisões. 1734-1824. p. 3, 7, 13 apud Edmilson Siqueira de Sá, *O Mundo de Ponta Cabeça: Negros em Festa na Capitania de Goiás e em Cuba*, Dissertação de Mestrado. UnB, p. 24.

²⁰ EUGÊNIO, Op. Cit. 114 apud Edmilson Siqueira de Sá, *O Mundo de Ponta Cabeça: Negros em Festa na Capitania de Goiás e em Cuba*, Dissertação de Mestrado. UnB, p. 34.

Esse sincretismo presente na fé dos negros no Brasil, que hoje é uma importante marca da nossa cultura, foi condenado pelos mais conservadores da Igreja. A presença dos negros nas celebrações católicas introduziu parte do folclore africano, a ornamentação realizada nos altares, a música, os batuques e todas as alegorias enchiam de cor e vida as igrejas, porém, de modo não tão tradicional. As festas e as danças realizadas pelos negros, que nada mais eram do que a demonstração de sua fé, ao seu modo e de acordo com sua cultura, fizeram com que as autoridades eclesiásticas repreendessem os negros e os líderes religiosos das igrejas, de forma que não ocorressem atos que "profanassem" a fé cristã.

A proibição de tais atos buscava manter a liturgia tradicional da Igreja Católica. O toque dos tambores, a dança de roda, as festas e as folias poderiam acarretar em ações "indecentes" e "ofensivas" à Santa Sé. Segundos relatos, o bispo da Igreja do Rio de Janeiro, que era responsável pelos fiéis de Vila Boa, afirmava que a Igreja era um lugar de oração e devoção, onde se cantava a Santa Missa, a sua Santa Palavra. Com isso, deveria afastar os abusos que ocorriam em meio aos negros. Assim como Jesus fez com os vendilhões do templo, expulsando-os. Desse modo, o bispo constantemente ameaçava excomungar os fiéis que mantivessem tais práticas²¹. Entretanto, enquanto as festas, folias e danças ocorressem dentro da normalidade dos conceitos morais e comportamentais, segundo as orientações da Igreja, os negros poderiam participar dos festejos que ocorriam na cidade.

Esse modo de se organizar e professar a fé cristã através de uma irmandade foi muito comum entre os negros no Brasil desde a época da Colônia. Não foi exclusividade da população negra de Goiás, muito menos de Meiaponte, várias outras irmandades surgiram no período colonial e avançaram os séculos no Brasil.

Ao compararmos com as irmandades que surgiram em Minas Gerais, também no século XVIII, podemos perceber grande semelhança entre elas. A devoção aos mesmos santos, a realidade dos negros, o papel na sociedade etc. As irmandades mineiras do século XVIII, assim como em Goiás, foram essenciais para a assistência religiosa da população e bastante influentes na formação de sua identidade. Caio César Boschi afirma que "não se entende a História de Minas Gerais do século XVIII (e não só), sem a boa compreensão da emergência e da dinâmica das irmandades presentes naquela realidade".

_

²¹ Esses dados podem ser observados nos termos de visitas pastorais. FUNDAÇÃO CULTURAL DE GOIÁS – FUNDAÇÃO FREI SIMÃO DORVI (FCG). 1734-1824 apud Edmilson Siqueira de Sá, *op. cit.*, p. 42.

²² Caio César Boschi. Irmandades, religiosidade e sociabilidade. História de Minas Gerais, As minas setecentistas, vol. II, organizado por Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta, Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2007, p. 59.

Boschi discorre sobre como a religiosidade, as sociabilidades e as irmandades se fundem e se confundem durante o século XVIII. Diz que as cerimônias religiosas foram e são formas de convívio social e de sociabilidade naquele contexto. Devido às limitações da Igreja Católica, impostas pela Coroa Portuguesa, as irmandades foram responsáveis pelas celebrações que ocorriam dentro e fora dos templos, muitas vezes edificadas e mantidas por elas mesmas, assim como ocorreu com a Irmandade de Pirenópolis²³.

O processo de formação das irmandades negras mineiras não difere das goianas, como já foi dito. Foram na sua maioria criadas por negros que, ao serem submetidos ao catolicismo, viveram uma fusão entre suas origens e costumes religiosos e as práticas e a liturgia cristãs. Tal fato, unido à carência de representantes clericais, principalmente nas cidades mais interioranas, abriu espaço para que leigos assumissem essa função de liderança religiosa.

A mineração, o pagamento de dízimos e as esmolas através do ouro também foram comuns em Minas. A devoção a Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora do Carmo e São Benedito, santos adotados pela maioria dos negros como protetores e nome das igrejas de Pirenópolis, também eram predominantes entre as irmandades e igrejas do século XVIII em Minas.

As humildes igrejas que surgiram no século XVIII em Minas possuíam mais do que um caráter religioso, eram formadoras de povoados que surgiam em torno delas. É mais do que comum andar por pequenas cidades de Minas e perceber que sua estrutura é voltada para a igreja, tornando-se praça central daquela cidade. Os altares e as imagens do século XVIII encontradas em Minas Gerais e Goiás refletem o cuidado e zelo dos irmãos com os templos de devoção a Deus e aos santos. E eram elas, as irmandades, que assumiam o papel de construir e cuidar das igrejas e capelas.

De certa forma, a vida social acontecia em torno dessas igrejas. A organização em irmandade, com toda sua estrutura social, contendo irmãos de mesa, reis, rainhas, juízes e juízas, era o que possibilitava à maioria dos fiéis viver em sociedade. Muitas vezes essa era a única forma de socialização vivida pelos escravos. A liberdade que lhes faltava impossibilitava a participação na maioria dos eventos sociais. As festas em homenagem aos santos e a participação nas celebrações e compromissos da igreja funcionavam como modo de inserção desses negros na sociedade que ali se formava.

_

²³ Idem, pp. 59-60.

Ao voltar a falar da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, em Pirenópolis, vale destacar a edificação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Mesmo não conhecendo a data precisa de início e término da construção, é sabido que foi erguida provavelmente entre os anos de 1743 e 1757, segundo atesta Jarbas Jayme em seu esboço histórico sobre a cidade de Pirenópolis²⁴. A capela foi construída com enorme sacrifício pelas mãos de escravos e forros. Os negros utilizavam suas horas vagas de trabalho árduo que exerciam nas fazendas e minas para edificar com muito suor as paredes da Santa Capela.

A Igreja possuía inicialmente somente uma torre, que ficava do lado do poente. Em 1870, de acordo com informações de pessoas que a ela assistiram, realizou-se a construção da torre do outro lado, do nascente. A foto a seguir atesta a informação:



Figura 2 – Foto da antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, contendo as duas torres.

Posteriormente, foi alterada a estrutura da capela, mas não há registros de quando ocorreram essas obras. Sabe-se que em busca de uma arquitetura gótica e mais moderna, as duas torres laterais foram suprimidas para dar lugar a uma torre central. Essa mudança na arquitetura leva a crer que provocou falhas em sua estrutura original, resultando em rachaduras que comprometeram a segurança dos frequentadores. Este fato levou as autoridades eclesiásticas responsáveis a ordenar a demolição da Igreja em 1944²⁵.

²⁵ Jarbas Jayme e José Sisenando Jayme. *Casas de Pirenópolis: Casa de Deus, Casa dos Mortos*. Vol. I, Goiânia, 2002, p. 48.

²⁴ Jarbas Jayme. *Esbôço Histórico de Pirenópolis*, Goiânia, Editora UFG, 1971, Vol. II, p. 529.



Figura 3 – Foto da Igreja com uma única torre central, ao estilo gótico.

A demolição mexeu bastante com os sentimentos da população de Pirenópolis. Tentou-se preservar o que podia, haja vista que a Igreja possuía belíssimos altares e objetos. Dois altares laterais que possuía hoje se encontram na Igreja de Nossa Senhora do Carmo. Imagens e objetos do século XVIII e XIX foram distribuídos entre a Igreja Matriz, a do Carmo e a de São Benedito, todas em Pirenópolis.



Figura 4 – Antigos altares laterais da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, hoje localizados na Igreja de Nossa Senhora do Carmo.

Porém, o mais impressionante foi o trabalho realizado na Igreja Matriz de Pirenópolis. Em 5 de setembro de 2002, ocorreu um incêndio que destruiu todo o telhado e a parte interna da igreja consagrada a Nossa Senhora do Rosário. Em 2003, os técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, órgão responsável pela restauração do monumento, tiveram a ideia de utilizar, no lugar do altar destruído, o antigo altar-mor da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. A reconstrução iniciou-se no mesmo ano, foi concluída e reinaugurada em 30 de março de 2006²⁶.



Figura 5 – Altar-mor da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, hoje altar-mor da Igreja Matriz de Pirenópolis.

Percebe-se então como a influência dos negros e a religiosidade cristã foram essenciais para a construção da cultura e da identidade da população de Pirenópolis. As marcas dessa cultura estão inseridas no cotidiano da população, na religiosidade, nas festas aos santos, nas construções e na arquitetura da cidade. Pode-se afirmar que as Irmandades dos negros foram essenciais para a formação da identidade da população como a conhecemos hoje.

Os festejos anuais do Espirito Santo são exemplos dessa herança cultural. A festa do Divino e os festejos do Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Juizado de São Benedito são consideradas as festas mais tradicionais de Pirenópolis. Marcas da cultura oitocentista que estão presentes nesse período de festas, que ocorrem normalmente dos dias que antecedem o domingo de Pentecoste²⁷.

²⁷ Carlos Rodrigues Brandão. *O Divino, O Santo e A Senhora*. Rio de Janeiro, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1978, p. 16.

²⁶ Todas essas informações foram coletadas em visitas à própria Igreja Matriz.

Há um enorme debate, no qual não irei entrar, nesse trabalho, quanto à dualidade dos festejos. A festa do Divino Espírito Santo e os festejos a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito estão reunidos hoje em uma só época do ano e são considerados um só conjunto de "festejos tradicionais de Pirenópolis". Porém, as "duas festas" são opostas se considerarmos os aspectos econômicos de quem as promove: enquanto a Festa do Divino é promovida pela classe mais alta da cidade, o Reinado é promovido pela classe mais pobre²⁸.

Esse diálogo remete ainda a outro ponto a ser discutido em uma pesquisa futura, sobre como os membros das irmandades de Pirenópolis passaram de negros escravos para brancos pobres. Vale lembrar que em 1819 foi criada em Pirenópolis a Irmandade de São Benedito e que ambas tinham atuação conjunta na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

Brandão destaca o fato de que houve um abandono das irmandades pelos negros. Retiraram-se os negros principalmente em dois momentos: o primeiro no período após a abolição, quando Pirenópolis sofreu um grande esvaziamento de negros, e ainda levando-se em conta o número reduzido de escravos no período devido ao declínio da mineração; e o segundo no momento da derrubada da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que era um local de identidade étnica dentro da cidade. Retiraram-se também, com o tempo, os brancos ricos, senhores de escravos, já que não havia mais escravos a serem controlados nas irmandades²⁹.

_

²⁸ Idem, p. 87.

²⁹ Idem, pp. 94-96.

3 TERMO DE COMPROMISSO DOS IRMÃOS

Ao iniciar essa pesquisa sobre os negros de Pirenópolis, tentei definir um caminho a seguir, por preferência sobre o tema, procurei encontrar nas manifestações religiosas, tão vivas ainda na cidade, a compreensão do papel do negro nessa dinâmica.

Pesquisando outros trabalhos, encontrei estudos de Mary Karasch³⁰ e de Tereza Caroline Lôbo³¹ sobre a cultura e a religiosidade dos negros em Pirenópolis, e foi justamente nas referências utilizadas por elas que encontrei o Livro da Irmandade de Nossa Senhora dos Pretos, datado de 1758.

O segundo passo foi localizar onde realmente encontrava-se o livro e ter acesso a ele. O livro encontra-se no Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central, da PUC de Goiânia, IPEHBC. Essa foi minha primeira pesquisa de arquivo, que compreendeu em ter acesso ao livro, analisá-lo e tirar fotos de cada página para realizar um estudo posteriormente.

Não imaginava que o livro estivesse tão deteriorado. Percebe-se que anteriormente ao trabalho de preservação e restauração feito pelo Instituto, o livro encontrava-se armazenado de forma incorreta, sendo deteriorado pela própria ação do tempo e por insetos.

Diante disso, iniciei o trabalho de tentar realizar uma leitura do livro. A leitura não pode ser totalmente realizada, foram encontradas páginas danificadas pela ação do tempo, letras muito apagadas e um português arcaico, tudo isso dificultou uma total leitura. Porém, muito pode ser absorvido e contextualizado.

Consta no livro, além de algumas anotações ao cabeçalho e rodapé, o Termo de Compromisso da Irmandade. O Termo é composto por trinta e seis capítulos, distribuídos em vinte e quatro páginas.

A capa do livro, em cor marrom e de um material rígido, encontra-se com pequenas perfurações, marcas da ação de cupins, porém, ainda em bom estado. A página seguinte explica o que será encontrado no referido livro. Ele é datado de 1758. O registro seguinte é para validar o Termo de Compromisso, possui a assinatura do visitador Fellippe da Sylveira e Sousa. Esse registro cita a cidade de Meiaponte e é direcionado aos juízes e aos irmãos da Irmandade. Informa também como se deu a criação da capela, construída pela Irmandade através de esmolas. Um fato importante sobre esse registro é a confirmação de que a capela e

³¹ Tereza Caroline Lôbo. *Cultura Negra em Pirenópolis: Um passado que presentifica*. VI Simpósio Nacional de História Cultural. Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar. UFPI. Teresina – PI. 2012.

³⁰ Mary Karasch. Construindo comunidades: As Irmandades dos pretos e pardos no Brasil Colonial e em Goiás. Artigo. 2010.

a Irmandade estarão sujeitas à jurisdição eclesiástica. Afirma também que todos os membros que fizerem o compromisso poderão gozar dos seus privilégios.

Compromisso que fazem os Irmãos de Nossa Senhora do Rosário, da Irmandade dos Pretos, instituída na sua capela, deste arraial, de Nossa Senhora do Rosário e Minas de Meiaponte, por autoridade de eclesiástica.

Vale lembrar que estabeleci como padrão efetuar as citações e transcrições para o nosso português atual, desconsiderando as diferenças de grafia e abreviações. Ao longo deste trabalho, irei apresentar imagens que ilustram a grafia original.



Figura 6 – Capa do Termo de Compromisso da Irmandade

O primeiro capítulo trata do compromisso em si, orienta que essa união de irmãos não seja simplesmente um "congresso de muitos", espera que esta Irmandade seja bem governada. Que ela deve possuir leis próprias e que todos que se sujeitarem a entrar para Irmandade devem ser obrigados a cumprir a essas leis. Todos devem possuir zelo e bom discernimento, bem como culto a Nossa Senhora. A fim de que se cumpra o compromisso, é dever de cada um conhecer as cláusulas e declarações antes de entrarem para a Irmandade. Com isso se voluntariarão e sujeitarão por servir à Irmandade e a Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Estando sob o juízo de Deus criador. Para que se cumpra e valide esse juramento, o compromisso é confirmado e assinado pela autoridade eclesiástica.



Figura 7 – Primeiro capítulo do Termo de Compromisso da Irmandade

O segundo capítulo esclarece que a Irmandade não possui número limitado de irmãos, nela podem entrar todos os fiéis que forem devotos de Nossa Senhora do Rosário. Basta estar disposto a servir a Nossa Senhora e cumprir com as obrigações de irmão. Não se excetua pessoa alguma, serão admitidos brancos, pretos forros, escravos, casados, solteiros, homens, mulheres e meninos de doze anos para cima. Nesse último exemplo não especifica se são somente meninos ou também meninas de doze anos, mas por ser aceita na Irmandade mulheres, fica subtendido que utilizou meninos de forma genérica.

O terceiro capítulo é um dos mais importantes para compreender como era estruturada a Irmandade, diz que primeiramente serão instituídos um rei e uma rainha, ambos deverão ser pretos e que serão escolhidos em eleição dos irmãos oficiais de mesa. Estes escolhidos deverão doar no máximo vinte oitavas em seu ano e será dado no dia da festa à Santa.

Este capítulo é importante para evidenciar que os negros em Pirenópolis, nesse período tratado, na condição de escravos ou não, possuíam através da Irmandade uma organização social, mesmo em conjunto com os brancos, haja vista que brancos eram aceitos e possuíam uma função importante como oficiais de mesa.

Ao analisar outra fonte, que ainda será abordada neste trabalho, é possível verificar a entrada de irmãos, muitas vezes escravos e na sua maioria analfabetos, mas que ocupavam cargos importantes na Irmandade, como juiz, juíza, rei e rainha. Ressaltando que os escrivães eram todos brancos, devido à triste realidade educacional em que se encontravam os negros do Brasil na época.

O quarto capítulo descreve que terá também a Irmandade, em cada ano, um juiz, um procurador, doze irmãos de mesa e doze andadores, todos pretos, como também terão uma juíza e doze irmãos da mesma qualidade dos irmãos. Devem contribuir com as esmolas e não se excetuam os escravos.

Terá também um escrivão e um procurador, sendo eles brancos e capacitados para regimentar o Termo e realizar os registros essenciais da Irmandade. Estas especificações estão contidas no quinto capítulo.

O Sexto capítulo fala sobre as eleições, que serão chamados os doze irmãos de mesa e os três oficiais brancos, que procederão com a eleição dos juízes. Essa reunião servirá também para tratar de qualquer outra consulta ou determinação aos ocupantes de mesa. Vale destacar que o próprio capítulo destaca o fato de que os irmãos de mesa serão comumente escravos.

Não ficaram muito claras as determinações contidas no sétimo capítulo, o trecho possível de transcrição discorre sobre a realização de algum evento especial à mesa e as eleições, que deverão ocorrer na Igreja, na capela de Nossa Senhora do Rosário ou na sacristia. Diz que os irmãos pretos que houverem de assistir à determinada cerimônia, deverão fazêlo aos domingos ou dias santos.

O oitavo capítulo trata também sobre as eleições, sendo até mesmo referenciado no capítulo anterior. Diz que as eleições anuais dos oficiais e dos demais irmãos de mesa
ocorrerão quinze dias antes do primeiro domingo de outubro ou quando for realizada a festa
dedicada a Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. O maior número possível de irmãos deverá
comparecer e participar da reunião. Para que ocorra, deverão comparecer no mínimo dois terços dos irmãos. Mesmo que falte a terça parte, ocorrerão as eleições. Tais eleições somente
poderão ser anuladas pelos próprios eleitos ou pelos que faltarem à assembleia. Serão votados,
iniciando pelos irmãos mais novos de mesa e terminando nos oficiais brancos. Será tomada fé
de cada um dos votos pelo escrivão.

O nono capítulo trata das eleições dos três oficiais brancos que irão servir a mesa. Estarão também presentes os irmãos negros nessas eleições, porém, serão seguidas as orientações dos brancos, pois se presume mais conhecimento e inteligência para avaliar a capacidade dos três oficiais.

O décimo capítulo trata do momento em que se sucedem as eleições. Escolhida a mesa, será dado conhecimento aos senhores dos irmãos negros escravos e verificado se os

mesmos servem realmente à Senhora do Rosário. Se não for necessária a realização de novas eleições, da mesma forma ocorrerá com os três oficiais brancos. Há uma exceção no perfil dos oficiais brancos, estes não necessariamente devem servir à Senhora, devem apenas ser suficientemente capazes de atender às atribuições necessárias aos oficiais brancos.

Segundo o capítulo onze, todas as eleições terão que ser publicadas no dia da festa. Essa publicação terá que ocorrer no púlpito pelo pregador, no altar-mor ou em uma capela pelo padre. Existem ainda outras informações a respeito dessa publicação, porém, não foi possível uma leitura devido ao estado em que se encontra o livro. Posteriormente, com um trabalho mais técnico, acredito ser possível absorver algumas informações a mais.

O capítulo doze estipula que haverá na Irmandade um capelão, sacerdote que não esteja engajado em outra atividade, ou seja, desocupado - o Termo usa essa palavra, "desocupado" -, que esteja no arraial de Meiaponte. Este deverá gozar de uma vida boa e exemplar. A eleição deste ocorrerá em mesa, pretos e brancos participarão da eleição. O capítulo diz ainda que poderá ser religioso de qualquer religião, não fazendo distinção na hora da escolha, basta que seja um sacerdote.

O capítulo treze diz que a escolha do juiz e juíza deverá ser anual, estes juízes escolhidos deverão ser pretos, assim como determinado no capítulo quatro. Os juízes deverão ter muito zelo e responsabilidade com as atribuições da Irmandade no seu ano. Diz da obrigatoriedade de sentar-se a todas as mesas, salvo motivo justificado. O juiz ou juíza, sendo estes forros, serão punidos com uma oitava cada vez que faltarem a alguma mesa. Sendo cativos, serão punidos como a mesa desejar.

O juiz e juíza, escolhidos por eleição, juntamente com os doze irmãos de mesa, deverão ainda fazer no seu ano a festa da santa no primeiro domingo de outubro ou no dia que for conveniente. Novamente, o texto fornece mais informações que não é possível ler devido ao estado de conservação do documento. Estas informações estão contidas no capítulo quatorze.

Cita no capítulo quinze as responsabilidades e o perfil que deve ter o escrivão da Irmandade. Deverá ser homem branco, abonado, verdadeiro e zeloso. Quando iniciar suas atividades, deverá tomar conhecimento de todos os bens da Irmandade, ao assumir a responsabilidade por tais bens, deverá ser registrado em livro. Todas as esmolas arrecadadas e as despesas deverão ser registradas pelo escrivão. Fará o registro de toda receita e despesa da Irmandade. Deverá registar todos os gastos relativos às despesas com as festas e procissões. Quando este se ausentar por pouco tempo, deverá entregar as chaves da capela ao procurador, que assumirá suas funções temporariamente. Quando necessitar ausentar-se por um tempo

maior, deverá efetuar a entrega da chave em mesa e de tudo que estiver sob sua responsabilidade.

No capítulo dezesseis, orienta que não deverão ser emprestados bens da Irmandade ou pertences sem consentimento do procurador, e quando assim os emprestar, que seja por poucos dias. O escrivão será responsável pela chave da capela, como já foi citado anteriormente. O ouro e dinheiro da Irmandade também não poderão ser emprestados ou gastos sem o consentimento do procurador e do escrivão. Este deverá efetuar o registro na conta de despesas da Irmandade. Havendo sobra no caixa, poderá efetuar empréstimos ou penhora a juros, desde que haja fiadores para o solicitante do empréstimo. O escrivão deverá prestar conta de todos os gastos e arrecadações da Irmandade ao final do ano e em mesa perante todos os juízes novos que hão de servir à Irmandade. Será assinado termo e publicado dentro de quinze dias depois de passadas as eleições.

No capítulo dezessete, esclarece que caso ocorra suspeita de mau uso ou até mesmo desvio do tesouro da Irmandade, este será removido de suas funções pela mesa. Tudo o que houver em seu nome será removido. Os oficiais brancos, devido à natureza de suas funções, deverão ser comunicados sobre qualquer movimentação de valores da Irmandade.

O capítulo dezoito segue falando das atribuições do escrivão, reforça que o mesmo deverá ser branco e abonado. Ele será responsável pela guarda dos livros no cofre. Deverá atentar para que todas as páginas sejam rubricadas por ele e pelos membros eclesiásticos. Todos os registros de despesa e receita deverão ser efetuados com bastante clareza. Deverá passar esse compromisso para os irmãos eleitos que irão servir no ano seguinte ao seu, e quando estes houverem de tomar posse, deverão assinar o termo e publicá-lo como determina o capítulo onze.

São verificadas no capítulo dezenove as obrigações dos procuradores, estes, brancos ou pretos, não é feita distinção, devem ser responsáveis pelos documentos inerentes à Irmandade e devem fazer com que os irmãos cumpram com suas obrigações. Diz ainda que caso a Irmandade necessite agir "fora" dela, deverá ser enviando seus andadores. Caso necessite ajudar algum irmão enfermo, será levado à mesa para que possam socorrer, dentro das possibilidades da Irmandade.

No vigésimo capítulo, trata das atribuições do procurador branco, ele será obrigado a se responsabilizar pelas demandas e execuções que se fizerem necessárias à Irmandade. Porém, não ajuizará ninguém sem primeiro propor em mesa.

É observado que mesmo sendo uma Irmandade de negros, as responsabilidades com gastos, obras e outras despesas referentes à Irmandade e a capela estão sob a responsabi-

lidade dos três oficiais brancos. É admitida pelos negros a sua limitação em assuntos administrativos e contábeis, sendo assim, atribuem essas responsabilidades aos poucos brancos que compõem a mesa. Estas informações são constantes do capítulo vinte e um.

Acabado o ano em que serviram os três oficiais brancos, escrivão, procurador e um terceiro oficial cuja função não foi possível compreender, serão prestadas as contas por eles aos novos oficiais brancos. Será feito termo e registro em livro de tudo, e será recebido também através de registro pelos novos oficiais.

É verificado que pretos forros e pretos escravos possuem obrigações iguais diante da mesa, porém, no caso de não cumprimento dessas responsabilidades, as punições são diferentes. No exemplo presente no capítulo vinte e três, em que cada um dos doze irmãos de mesa deverá contribuir com as esmolas durante o mês aos domingos e em dias santos, não podendo, atribuirá essa responsabilidade a outro membro e deverá entregar ao escrivão. Este fará o devido registro em livro. Não cumprindo com esse compromisso, caso seja forro, o irmão irá contribuir com uma oitava por cada mês, sendo escravo, será de acordo com o que a mesa preferir, não deixando clara qual punição será atribuída a ele.

De acordo com o capítulo vinte e cinco deste Termo de Compromisso, cada irmão que vier a falecer será acompanhado pela Irmandade com tumba e padre capelão. Fica claro que existe uma hierarquia nas formalidades dos ritos fúnebres de acordo com a ocupação perante a Irmandade. Diz o Termo que cada irmão será sepultado na parte que corresponde ao cruzeiro em direção à parte de trás, no local que estiver mais desocupada, isso cabe para os irmãos comuns. Caso o falecido seja irmão de mesa, no ano em que estiver servindo, será enterrado na área que corresponde do cruzeiro até o arco da capela. Sendo rei, rainha, juiz ou juíza que sirva ou tenha servido, bem como oficial branco que seja irmão ou não, será sepultado do arco para dentro. Se for juiz perpétuo, ou sua mulher, lhe será dado o local mais alto possível, bem como para o padre capelão que venha a falecer durante o seu tempo de ocupação.

O capítulo vinte e seis diz que os irmãos abaixo de quatorze anos serão sepultados acompanhados de tumba, dos irmãos, do padre capelão e nada mais.

No capítulo vinte e sete, diz que por cada oficial branco ou irmão que vier a falecer será mandado rezar cinco missas, utilizando do ouro da Irmandade para o pagamento, no altar de Nossa Senhora do Rosário pelo padre capelão juntamente do seu responsável, salvo havendo quem o faça por menos, mas desde que ocorra na mesma capela. Morrendo juiz ou juíza no seu ano de serviço pela Irmandade, será mandado rezar oito missas. Este sendo perpétuo ou padre capelão, será mandado rezar dez missas. No capítulo vinte e oito, estabelece que caindo algum irmão em pobreza caberá ao procurador arrecadar junto aos irmãos esmolas para amparar o mesmo, de acordo as possibilidades da Irmandade. Cabe também ao procurador arrecadar esmolas para ajudar aos irmãos enfermos, caso eles venham a falecer, lhes serão dadas mortalhas para o enterro; sendo oficiais brancos, hábitos.

O capítulo vinte e nove trata das responsabilidades para com a Irmandade, diz que os irmãos que forem chamados para qualquer ocupação, que não o fizerem, recusando três vezes, serão advertidos e registrados em livro. Assim também para os irmãos que deixarem de pagar os anuais.

Ainda sobre os enterros, o capítulo trinta diz que haverá na Irmandade uma tumba para que nela sejam sepultados os irmãos defuntos, preparada e ordenada aos custos da Irmandade. Querendo alguém nela ser sepultado, que não seja membro, pagará a quantia de três oitavas de ouro, querendo ainda que seja acompanhado pelo rei e suas acompanhantes, terão que ser pago à Irmandade seis oitavas. Caso queira os ritos da Irmandade, mas não faça questão da tumba, serão cobradas quatro oitavas.

Vale destacar que a questão da morte é uma das maiores preocupações para os homens do século XVIII e XIX, a morte era vista como o fim do corpo material, porém, uma passagem entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos. Existia uma preocupação em realizar uma boa morte, mais do que um simples funeral, a morte era tida como um evento social. Muitas pessoas tratavam de organizar a sua própria morte, incluindo os detalhes fúnebres em testamento³².

Quanto aos membros da Irmandade, essa questão remete novamente no sincretismo religioso presente no Brasil. Ao tratar desse assunto, João José Reis destaca:

Deportados e feitos escravos no Império, os africanos foram forçados a obedecer a regras católicas, mas nunca abandonaram inteiramente suas tradições. Em suas irmandades eles africanizaram o catolicismo, celebrando santos patronos com mascaradas, a percussão dos atabaques, danças cheia de energia corporal, canções cantadas em línguas nativas e eleição fictícia de reis e rainhas negros. Por outro lado, o catolicismo barroco, com sua efusão de ritos, símbolos e cores, e com sua cultura processional de rua, não era de todo estranho a eles. E, dada flexibilidade da religiosidade africana, havia sempre lugar para novos rituais, símbolos e deuses. Por outro lado, apesar do protesto dos fundamentalistas, a Igreja foi forçada a aceitar — ou pelo menos fechar os olhos para — os africanismos nas cerimônias fúnebres. Contudo, não havia dúvida de que as regras católicas predominaram, especialmente no lado público dos funerais³³.

_

³² João José Reis. *O Cotidiano da morte no Brasil oitocentista*. In: Luiz Felipe de Alencastro (org.). *História da Vida Privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 102.

³³ Idem, pp. 99-60.

Não foi possível realizar a leitura dos capítulos trinta e um e trinta e dois, pois ambos se encontram em página que está ilegível.

No capítulo trinta e três, diz que, ocorrendo que o juiz e juíza, juntamente com os irmãos de mesa, não façam o previsto no capítulo quatorze, que trata das responsabilidades no seu ano para com a festa da santa, deverão os oficiais brancos ordenar que se faça, a custo das esmolas arrecadas, conforme é previsto neste Termo de Compromisso. Cobrarão dos irmãos de mesa, dos reis e rainhas, as esmolas que se declaram no terceiro e no vigésimo terceiro capítulo.

O capítulo trinta e quatro diz que todo rendimento da Irmandade, com exceção de alguma verba específica que algum devoto doe para um fim especial, será destinado primeiramente às despesas da capela, em segundo lugar à porção anual da mesada do padre, e em terceiro às missas que se tiverem mandado realizar pelos irmãos defuntos e as despesas com os pobres. O que sobrar do caixa da Irmandade será aplicado em obras e ornamentações, não havendo necessidade, poderão ser emprestados a juros.

Na pesquisa realizada na cidade de Pirenópolis, foi encontrado na Paróquia de Nossa Senhora do Carmo o cofre que era utilizado pela Irmandade na Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. O cofre e outros objetos que puderam ser salvos após a demolição da referida Capela, foram levados para Igreja do Carmo a fim de que fossem preservados. Hoje, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo é um dos principais pontos do turismo religioso existente na cidade de Pirenópolis, justamente por preservar objetos da Capela dos negros, demolida. De acordo com Jarbas Jayme, a Igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo foi erguida por volta do ano de 1750 por Luciano Nunes Teixeira e seu genro Antônio Rodrigues Frota, ambos escravocratas³⁴.

30

³⁴ Jarbas Jayme. *Esbôço Histórico de Pirenópolis*, Goiânia, Editora UFG, 1971, Vol. II, p. 535.



Figura 8 – Antigo cofre utilizado pela Irmandade. Encontra-se na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, em Pirenópolis.

No capítulo trinta e cinco, determina que caso ocorra de alguma informação, ou algum tema que não tenha sido abordado pelo presente Termo se faça necessário e imprescindível, será necessária a reunião dos irmãos de mesa, dos juízes e dos oficiais brancos para validar e realizar o devido acréscimo. Deverá ser apresentada cópia ao ministro eclesiástico, sob cuja proteção encontra-se esta Irmandade, para que as confirme. Caso seja verificada alguma dúvida quanto aos acréscimos ou mudanças feitas no Termo, esta será levada ao ilustríssimo senhor bispo para aprovar e confirmar.

O último capítulo do Termo de Compromisso diz respeito à obrigação da realização da festa a Nossa Senhora e do compromisso da realização da missa a ser celebrada pelo padre capelão. Diz também que passados dez anos serão os juízes e juízas obrigados a fazerem as missas cantadas com sermão musical.

Consta ainda no Termo de Compromisso a licença concedida pelo visitador Geral Fellippe da Silveyra e Sousa, que juntamente com o Padre Manoel da Sylva Martins, secretário da visita, reforça cada capítulo que foi abordado acima. Possibilita também determinar um marco inicial das atividades da Irmandade, já que o termo de validação é datado de 20 de agosto de 1758, conforme a transcrição a seguir:

O Dor Fellipe da Silveira e Sousa, cavaleiro, Notario de sua Santidade, Visitador Geral, e Ordinário nesta capitania de Goiás e nela e em toda a sua comarca, Juiz Apostólico das Graças e despesas subdelegadas pelo Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Dom Frei Antônio do Desterro, Bispo do Rio de Janeiro do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima.

Aos que esta minha provisão virem saúde e paz em Deus com êxito que de todos é verdadeiro remédio e salvação, faço saber que atendendo eu ao que por sua petição [...] me enviaram a dizer o juiz e mais irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, e as informações do Reverendo Pároco e resposta do Doutor Promotor, ouve por bem de mandar passar a presente minha provisão de confirma-

ção, pela qual usando da faculdade que sua Excelência Reverendíssima foi servido conceder-me, eu confirmo os capítulos do seu compromisso que são trinta e seis, menos os das sepulturas, que devem requerer separadamente, o qual compromisso lhe poderá servir de lei para o bom regimento da Irmandade, observando inteiramente sem discrepância o que nele contém, o que assim o cumpra e o faça.

Dada e passada neste Arraial de Meiaponte sob meu sinal e selo da prelazia de Sua Excelentíssima e Reverendíssima ou sem ele ex-causa, aos vinte dias do mês de agosto de mil e setecentos e cinquenta e oito anos, e eu o Padre Manoel da Sylva Martins Secretário da visita que o escrevi. "O Visitador Geral Fellippe da Silveyra e Sousa".

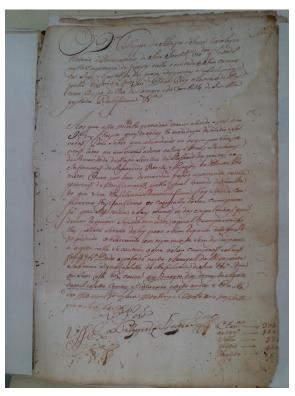


Figura 9 – Página transcrita acima. Confirmação do Termo de Compromisso pelo Visitador.

4 LIVRO DE REGISTRO DOS MEMBROS

Durante a pesquisa realizada em Pirenópolis, tive a possibilidade de manusear e fotografar o livro onde foram registrados os irmãos que entraram para a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Trata-se de um livro bastante deteriorado, de difícil manuseio e, principalmente, leitura. O livro de registro encontra-se no acervo pertencente à Igreja Matriz de Pirenópolis, que, possivelmente, após a demolição ocorrida em 1944, recebeu o arquivo da antiga igreja junto com outros objetos.

O livro foi iniciado em 24 de junho de 1812, data do primeiro registro efetuado, contrariando o que está escrito a caneta em sua capa, uma datação de 1817. Porém, 1817 é o ano em que foi efetuado o primeiro registro cuja leitura completa é possível realizar, pois o livro possui diversas páginas muito apagadas. É possível ter ocorrido dessa forma a confusão. No livro, constam os lançamentos de entrada dos membros até 1943, como foi citado anteriormente, um ano antes da demolição da Igreja dos Pretos.

O livro de registros é composto de 189 páginas, onde foram identificados 321 lançamentos de entrada de membros. Porém, esse número não é preciso, pois muitas páginas encontram-se praticamente apagadas, sendo impossível realizar sua leitura. Entretanto, podese identificar que houve um registro, mas não o seu conteúdo. Dos lançamentos que foi possível analisar, pelo menos parte da sua informação, foi verificado que 231 membros entraram para Irmandade no período que antecede a abolição, sendo que 36 eram escravos, os outros 90 registros ocorreram depois de 13 de maio de 1888.

O último negro que entrou para Irmandade na condição de escravo foi registrado em 30 de maio do ano de 1886. Trata-se de Benedicto Domingues de Amorim. É importante destacar esse dado, devido ao fato de que faltavam somente dois anos para a abolição da escravatura.

É verificado que em todos os registros feitos no livro de entrada de membros há uma referência ao citado Termo de Compromisso da Irmandade, segundo a qual ao entrar para a Irmandade o irmão terá o direito de "gozar dos privilégios da Irmandade obrigando-se por este Termo e respectivo Compromisso".

Possivelmente, esse livro foi deixando de ser utilizado no decorrer do século XX, a própria Irmandade foi perdendo expressão na comunidade religiosa da cidade.

O livro é iniciado com a ata do termo de entrada. Essa ata orienta que cada registro deveria ser realizado em uma lauda, deixando em branco o que restasse da página. Foi percebido que por um determinado período essa orientação não foi seguida, pois constam dois

e às vezes até três registros em uma mesma lauda. Diferentes escrivães passaram pela Irmandade, isso possibilita que cada um utilize um método próprio na hora de efetuar os registros. A ata orienta também que cada folha deveria ser rubricada no canto direito, acima do texto. Deveria ser assinado também pelo escrivão que realizasse o registro e pelo irmão que estivesse sendo incorporado na Irmandade.

As primeiras páginas encontram-se praticamente ilegíveis, possibilitando adquirir somente parte das informações disponíveis em cada registro. Como o livro é do início do século XIX e a Irmandade surgiu em meados do século XVIII, não há nesse livro um fluxo muito grande de entrada de membros. Foi verificado que no período entre 1812 e 1820 entraram para a Irmandade 33 membros, sendo 10 deles escravos; de 1821 a 1830, 22 membros, sendo 4 escravos; de 1831 a 1840, período em que se registrou o maior número de novos membros, 37, sendo 5 escravos, e de 1841 a 1850 registraram-se 34 membros, sendo 4 escravos. A partir da segunda metade do século, no ano de 1851 a 1860, entraram 30 novos membros, deles 5 escravos, de 1861 a 1870, 24 registros, deles, 5 escravos, de 1871 a 1880, 34 membros, sendo 2 escravos. Na década da abolição, verifiquei que de 1881 até 1888 entraram 17 membros, apenas 1 escravo, e até o final da década mais 5 novos membros.

A partir da abolição da escravatura foi verificado uma diminuição no número de irmãos que entraram para a Irmandade. Na década de 1890, foi possível verificar somente 17 novos membros; de 1901 a 1910, 16 membros; de 1911 a 1920, 12; nos anos de 1920 a 1931, 16 membros; de 1931 a 1940, 21, e no período compreendido entre 1941 e 1943, ano em que se encerra o livro, somente 3 registros. Vale lembrar que esses números possuem uma margem de erro, pois muitas páginas encontram-se muito apagadas.

Vale destacar que logo após a abolição, nos 55 anos compreendidos entre a assinatura da Lei Áurea e o encerramento do livro, somente 90 registros foram encontrados.

Cada irmão que entrasse para a Irmandade deveria assinar o livro de registros, a próprio punho e pagar a "joia". Foi verificado que a maioria dos irmãos que entraram para Irmandade no século XIX eram escravos ou recém alforriados. Devido a isso, não sabiam ler nem escrever. Dois métodos foram utilizados para suprir esta falta. No primeiro, o escrivão realizava o registro como de costume, dizendo a data de entrada, o nome de quem estava entrando para a Irmandade, se escravo, de quem era escravo e, caso este não soubesse ler nem escrever, o escrivão citava isso na lauda e o novo membro assinava com uma cruz em seu nome. O outro método adotado foi que o próprio escrivão assinava em nome do novo irmão, cuja condição de analfabeto também era registrada.

Consta também o registro de pagamento efetuado pelo novo membro. Porém, pode-se perceber que a maioria das pessoas que estavam entrando para Irmandade, que já existia há quase um século, eram pessoas que iriam ter alguma função perante a Irmandade, juiz ou juíza de ramalhete, rei, rainha ou irmão de mesa. Dessa forma, é anotado que o mesmo é isento de pagamento por já ter pago a "joia" na forma do posto correspondente. Nos primeiros anos do século XIX, foram verificados vários registros de "uma oitava" de ouro como pagamento. Já nos últimos registros, na década de 1940, foram registrados pagamentos no valor de dois mil réis. Pode-se avaliar através desse livro a evolução da moeda. Muitos negros, no início do século XIX, utilizavam o próprio ouro como moeda – característica de uma sociedade que ainda conservava resquícios da mineração e na qual o dinheiro era escasso. Ao longo do século XIX e no século XX, o ouro foi totalmente substituído pelo dinheiro como moeda corrente.

Foi possível também identificar que o último registro efetuado utilizando o nome de "Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos" ocorreu no ano de 1856, sendo assinado somente "Irmandade de Nossa Senhora do Rosário" a partir de então. É difícil especular se o termo "dos Pretos" caiu em desuso por influência de alguma questão social ou se simplesmente por questão de estilo de escrita, pois pouco antes dessa mudança, o escrivão José Vicente Ribeiro Carvalho, último a utilizar o termo "dos Pretos", utilizou a seguinte frase: "assentou-se por irmão de compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos", frase ainda não utilizada por nenhum escrivão neste livro. Posteriormente, o mesmo escrivão passou a adotar somente "Irmandade de Nossa Senhora do Rosário". Vale destacar que mesmo com essa mudança na escrita, ainda foram registrados no livro novos irmãos negros que ainda se encontravam na situação de escravos.

É verificado que a partir do ano de 1920 há uma mudança na grafia dos escrivães, percebe-se uma queda na qualidade da escrita e uma possível deficiência de alfabetização.

Outro dado interessante é o fato de que no ano de 1888, em 17 de junho, foi efetuado o último registro como cidade de Meiaponte, o próximo registro, na data de 7 de junho de 1892, o escrivão já denomina a cidade com o seu novo nome, Pirenópolis. A mudança ocorreu, segundo Jarbas Jayme, na sessão ordinária da câmara municipal realizada em 21 de janeiro de 1890³⁵.

_

³⁵ Jarbas Jayme, *op. cit.*, *p. 109*.

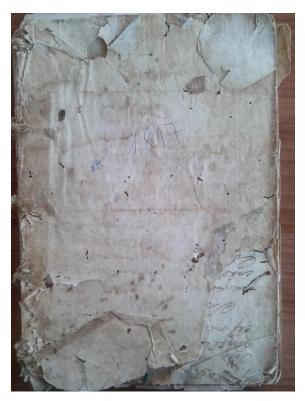


Figura 10 – Capa do livro de entrada do membros, datado de 1817.

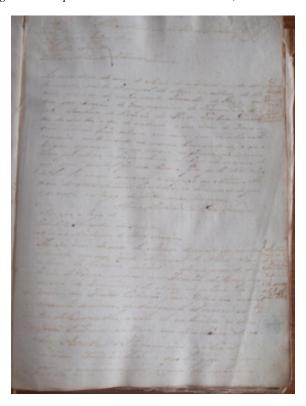


Figura 11 – Página de difícil leitura do livro de entrada do membros.

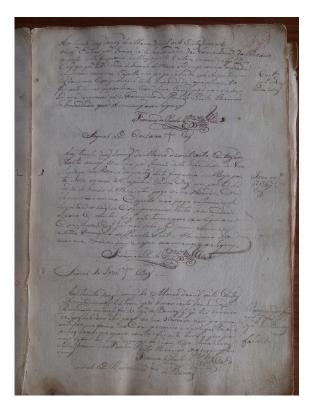


Figura 12 – Exemplo de registro de entrada de novos membros.

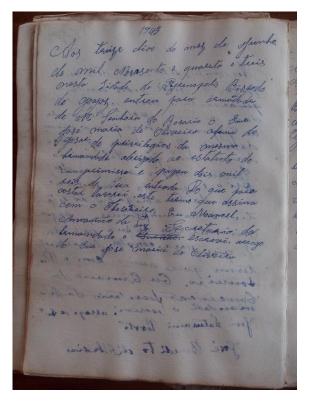


Figura 13 – Exemplo de registro realizado no ano de 1943.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chego ao final deste trabalho com a tranquilidade de que não medi esforços em realizar esta pesquisa, porém, com a certeza de que o material que tenho em mãos me possibilitará uma pesquisa muito maior. Muitas perguntas ainda podem ser feitas às fontes, muitas respostas ainda podem ser encontradas. Tive o privilégio de trabalhar sobre uma Irmandade que representa a história viva da população de uma cidade. Da sua fé, sua devoção, sua religiosidade e sua cultura, tendo a oportunidade de manusear três fontes de vital importância para a compreensão das origens culturais e da religiosidade da população pirenopolina, através do convívio social vivido dentro e fora das Irmandades.

A primeira fonte, o Termo de Compromisso firmado pela Irmandade durante o século XVIII, possibilitará conhecer ainda mais sobre o perfil da população de Meiaponte, o perfil das pessoas que entravam para as irmandades e, o mais importante, o papel dessas irmandades dos séculos XVIII e XIX no processo de socialização dos negros escravos e descendentes de escravos através da religiosidade.

A segunda fonte, esta do século XIX, possibilita enxergar a continuidade dessa Irmandade. É possível ainda extrair muitas informações desse documento. Encontra-se registrado mais de um século de pessoas que entraram, viveram e faleceram dentro da Irmandade. Possibilitará, ao realizar o cruzamento com outras fontes, outros registros, o perfil e o destino das famílias de origem africana. Existem muitas biografias sobre esse período, muitos perfis discriminados e histórias construídas que poderão ser confirmadas pelos registros encontrados na fonte.

A análise da fonte que trata sobre o século XIX possibilitará no futuro realizar um estudo sobre o número de escravos que eram pertencentes à Irmandade, ao cruzar as informações contidas nesse livro com o Censo de 1872, será possível ter uma média de quantos irmãos registrados no Censo participavam ativamente da vida religiosa em Pirenópolis através da Irmandade. Outra possível perspectiva é comparar as famílias identificadas nos registros do livro da Irmandade com o livro "Famílias Pirenopolinas", de Jarbas Jayme, na parte de famílias de origem africanas, e, assim, atestar as informações contidas em ambos os livros, conhecer mais sobre os membros da Irmandade nos séculos XIX e XX e realizar uma busca em saber onde se encontram essas famílias hoje, suas atuais situações sociais e suas participações nos festejos presentes até hoje em Pirenópolis.

É possível também identificar e realizar uma pesquisa sobre as relações entre os principais escravocratas da região e a Irmandade. Os livros "Famílias Pirenopolinas" e

"Esboço Histórico de Pirenópolis" possuem diversas referências sobre as famílias escravocratas, grandes proprietários de terras e nomes importantes na política e na vida social de Pirenópolis. Ao compararmos essas fontes com os registros do livro de entrada da Irmandade, será possível identificar e conhecer um pouco mais sobre esses senhores de escravos.

Uma terceira fonte, do século XX, iniciada no ano de 1919, foi encontrada na residência particular de um morador de Pirenópolis, membro ativo da atual Irmandade. Do livro constam as atas de mesa, realizadas a partir do ano de 1919 e finaliza-se no ano de 1978, quando ambas as Irmandades, Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, encontravam-se unidas no compromisso de realizar as festas religiosas. Essa fonte não foi abordada neste trabalho, pois trata de registros da Irmandade em um novo contexto. Aquela Irmandade do século XVIII fundiu-se com a Irmandade de São Benedito, fundada no início do século XIX. Não possuo documentação que ateste o período em que ambas as irmandades começaram a promover as festas religiosas em conjunto. Essa discussão fugiria do tema desta monografia, porém, será de vital importância em pesquisas futuras. Acredito que a citada documentação ainda não tenha sido usada por nenhum historiador em nenhuma pesquisa, justamente por não estar disponível em um acervo público. O estudo dessas três fontes, uma para cada século, possibilitará novas pesquisas e partindo de outras perspectivas.

REFERÊNCIAS

FONTES

IPEHBC – Livro da Irmandade de Nossa Senhora dos Rosário dos Pretos, 1758.

PIRENÓPOLIS, Igreja Matriz. Termo de Entrada de Membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, 1812.

BIBLIOGRAFIA

BOSCHI, Caio César. Irmandades, religiosidade e sociabilidade. História de Minas Gerais, As minas setecentistas, vol. II, organizado por Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2007

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Divino, O Santo e A Senhora**. Rio de Janeiro: Funarte, 1978.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravidão e Abolição no Brasil – Novas Perspectivas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. 5ª Edição – São Paulo: UNESP, 2010.

COSTA, Kelerson Semerene. **Meiaponte - História e meio ambiente em Goiás.** Brasília: Paralelo 15, 2013.

GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010.

JAYME, Jarbas. **Esboço Histórico de Pirenópolis**. Goiânia: UFG Editora, 1971.

______. Famílias Pirenopolinas - Ensaios Genealógicos. Volume V. Goiânia: Editora Rio Bonito, 1973.

KARASCH, Mary. Construindo comunidades: As Irmandades dos pretos e pardos no Brasil Colonial e em Goiás. Artigo apresentado na Universidade de Yale. 2010.

LÔBO, Tereza Caroline. **Cultura Negra em Pirenópolis: Um passado que presentifica**. VI Simpósio Nacional de História Cultural. Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar. UFPI. Teresina – PI, 2012.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser Escravo no Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense s. a., 1982.

NABUCO, Joaquim. **O** Abolicionismo. Rio de Janeiro: BestBolso, 2010.

REIS, João José. O Cotidiano da morte no Brasil oitocentista. História da Vida Privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional. Organizado por Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SÁ, Edmilson Siqueira de. **O Mundo de Ponta Cabeça: Negros em Festa na Capitania de Goiás e em Cuba.** Dissertação de Mestrado apresentado na UnB. Brasília, 2006.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira. **Economia e Escravidão na Capitania de Goiás**. Goiânia: UFG Editora, 1983.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira. **Vivências Negras: Trabalhando com a ausência depois da Abolição.** Artigo recebido em 2010. Departamento de História da Unesp.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Paulo Henrique Ferreira Ceripes, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado "Fontes para a História da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em Pirenópolis" foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.

Brasília, 15 de dezembro de 2014

Paulo Henrique Ferreira Ceripes